

INTERVENÇÕES EM CENTROS URBANOS NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO¹

EVERALDO BATISTA DA COSTA
Universidade de Brasília
everaldocosta@unb.br

RESUMO

Difunde-se, globalmente, que a denominada requalificação urbana deve agregar projetos que devolvam ou proponham qualidade ao ambiente físico e social dos espaços construídos, baseados na compreensão da relação entre processos de produção social do território e sua realidade como lugar da vida e de memória. Diante desse enunciado, o presente ensaio problematiza a relação causal entre os processos de intervenção em áreas especiais de cidades e os produtos dessas operações, em uma perspectiva teórica atrelada a um enfoque objetivo de casos internacionais e nacionais. Os temas da estetização urbana e do planejamento de cidades dirigem-nos para o que tratamos como dialética da memória, entendida como o produto da intervenção parcial em áreas especiais de cidades, no período mais avançado da globalização.

PALAVRAS-CHAVE: Requalificação urbana. Totalidade urbana. Planejamento urbano. Dialética da memória.

OPERATION IN URBAN CENTERS IN PERIOD OF GLOBALIZATION

ABSTRACT

There is a globally widespread awareness that the so-called urban re-qualification must aggregate projects that develop or propose quality to the physical and social environment of the built spaces, based on the understanding of the relation

¹ O presente artigo traz elementos da tese de doutoramento do autor, intitulada *Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global*, defendida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo - DG-USP. O texto também indica a contribuição do curso de Pós-Graduação: *Renovação de Centros Urbanos no Período da Globalização*, ministrado pelos professores Francisco Capuano Scarlato e Amália Inés Geraiges Lemos, no DG-USP, no qual o autor participou, a convite de ambos, como colaborador.

between social production processes of the territory and its reality as a place of life and memory. Considering this statement, this article reflects on the causal relation between the intervention processes in special areas of cities and the products of those operations, from a theoretical perspective, associated to an objective focus of international and national cases. The themes of urban esthetics and city planning direct us to what we will treat as memory dialectics, understood as the product of partial intervention in cities special areas, in the most advanced period of globalization

KEYWORDS: Urban re-qualification. Urban totality. Urban planning. Memory dialectics.

NOTA INTRODUTÓRIA: REQUALIFICAÇÃO URBANA E DIALÉTICA DA MEMÓRIA

Não é à sua função original que nos remetem muitos dos centros (ou áreas eleitas pelo Estado-mercado) das cidades brasileiras – em todas as escalas do urbano – na era em que Harvey (2005) explicita o movimento do administrativismo para o empreendedorismo das cidades, onde o consumo (sobretudo simbólico) incita a produção e a transformação material e dos significados da cidade. Logo, o presente ensaio tem por meta maior problematizar a relação causal vinculada aos processos de intervenção em áreas “especiais” de cidades, a partir de uma perspectiva teórica e por meio do apontamento de alguns casos nacionais e internacionais.

Em uma nova concepção de cidade – para além de recipiente da vida humana que se agita entre dois polos – movimento e repouso (MUMFORD, 1991) – perfaz-se, ainda, o nexu pendular do ordenamento de territórios entre a lógica da efemeridade e a resistência do duradouro. Um repouso dinâmico paira sobre as novas possibilidades de apropriação das cidades. Apesar do *frénésie* promovido pela “modernidade líquida” – termo de Bauman (2001) para tratar da transição do capitalismo pesado (fordismo) para o capitalismo leve (acumulação flexível) – ainda buscamos, depois do movimento, o repouso, o abrigo, a boa alimentação e, por vezes, o esquecimento da vida movediça e virtual que caracteriza as grandes, as

médias e até muitas das pequenas cidades do século XXI. A modernidade, na lógica do “avanço” ou na perspectiva da “ordem” e do movimento, forjou novas possibilidades nas e para as cidades. Nessa visão dialética do urbano, também podemos interpretar as intervenções dirigidas pelo Estado-mercado, confabulando nas novas políticas públicas de nossas cidades que são foco do empreendedorismo urbano.

As cidades enquanto matéria e espírito, pensadas em seu processo constitutivo, representam aquilo que foram e não poderão jamais reproduzir autenticamente, de modo que aquilo que foram esboça um elemento insubstituível do processo histórico, econômico e cultural. Nessa acepção reside o que tratamos como dialética da memória numa perspectiva benjaminiana – a memória coletiva ou individual, o conhecimento, a religião, a passagem dos ritos e costumes, junto à urbanidade canibal que ressignifica os lugares da vida –, quando da busca e da imbricação de usos, trocas e símbolos, indissociáveis (COSTA, 2011). Nessa dialética, há a tendência à ressignificação das cidades, ou de partes delas, e da paisagem produzida, por intermédio dos mecanismos modernos da patrimonialização global² (COSTA, 2011). Podemos conceber uma dialética da memória nos processos de requalificação e renovação urbanas, quando abandonamos a essência e a própria presença física das coisas que, ao mesmo tempo, tentamos resgatar; lógica na qual Benjamin (2000, p. 43) percebe a destruição da aura no viés de uma *urbanité cannibale*, de uma atitude circunspecta na destruição e reconstrução dos objetos e dos lugares da vida cotidiana. Nessa tendência, cidades do mundo inteiro vêm sofrendo processos de intervenção em áreas eleitas pelo Estado-mercado, na esteira de políticas públicas.

Em meados do século XX, as velhas cidades dos países centrais, especialmente os anglo-saxões, apresentavam um processo de degradação física em suas áreas centrais, como resultado de esvaziamento populacional, deterioração

² Definimos a patrimonialização global como sendo o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares em escala planetária.

do patrimônio edificado e falta de investimentos econômicos, como salienta Colvero (2010).

Emergem, gradativamente, após a década de 1960, em todo o mundo, ações que visam a renovação, reabilitação, requalificação, revitalização e refuncionalização dos centros degradados de cidades, como alternativas para tratar dos problemas físicos, sociais e econômicos que se perpetuavam nas áreas urbanas mais antigas, os chamados centros históricos. Estes termos representam paradigmas diferentes, apesar de convergirem para o mesmo foco, que é a revalorização de setores de cidades, operacionalizada pela intervenção direta de governanças urbanas atreladas, em muitos casos, ao capital financeiro internacional. A ação do capital financeiro que rebate sobre o território urbano segue lógicas individuais mascaradas pelo próprio Estado. As políticas de intervenção em áreas eleitas nas cidades respondem a uma inteligência global, representada por um Governo Global (o BID, o FMI e o BM), não nacional ou regional, um Governo que escolhe lugares, sendo cego. Isso parece um paradoxo, entretanto é cego para o seu redor, mas, lógico, preciso e determinado para seus interesses, como assevera Santos (1999, p. 11), na análise desse Governo Global: “cegos, sabem bem onde pisam, têm visão de mercado e de negócios”.

PARADIGMAS DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS URBANAS ELEITAS PELAS GOVERNANÇAS URBANAS – UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Conforme Colvero (2010), a reabilitação urbana foi concebida na Europa, em meados da década de 1950, e se caracteriza como política dirigida às áreas consolidadas da cidade, para a valorização de potencialidades sociais e econômico-funcionais: o patrimônio edificado é incorporado como objetivo do planejamento físico-territorial, e a reabilitação das residências é tomada como a ação de manutenção física e da composição social dos seus moradores. A renovação de cidades, por sua vez, diz respeito aos projetos de modernização do território, com mudanças formais, de maneira que, por vezes, propicia a demolição de bens construídos. A revitalização está mais ligada “à dinamização

cultural, turística e de consumo, com investimentos em projetos de reforma e embelezamento de fachadas dos prédios e dos espaços públicos, com segurança pública e lazer, a fim de retomar o efeito simbólico da memória histórica do lugar, no cotidiano das pessoas que usam e ocupam o território” (COLVERO, 2010, p. 40). A requalificação engloba os conceitos anteriores, porém, está vinculada a ações que propõem qualidade socioambiental a alguns setores urbanos; é uma ação baseada na relação entre processos de produção social do território e sua realidade como lugar da vida e de memória. Em cada uma dessas operações, o patrimônio urbano recebe tratamento específico, tanto pela característica da ação, quanto pela ideologia que a precede.

Isso nos leva a afirmar que requalificação, renovação e refuncionalização urbanas são os mais notórios processos de intervenção de interesse analítico na Geografia, uma vez que o foco é a transformação territorial urbana pela “recolonização” de áreas centrais ou eleitas de cidades. Como lembra Smith (2006, p. 83), “os arautos da estratégia de renovação e regeneração urbanas mascaram as origens sutilmente sociais e os objetivos da mudança urbana, apagam as políticas de ganhadores e perdedores de onde emergem tais linhas de ação, quando “um segundo silêncio sistemático é o dos perdedores”. E sobre perdedores (ou ganhadores), na perspectiva da intervenção estratégica em áreas urbanas, cada caso de análise guarda, indiscutivelmente, suas peculiaridades próprias a serem desvendadas pelo pesquisador.

O avanço crescente da urbanização mundial, na década de 1950, e os problemas decorrentes de tal processo (periferização, degradação ambiental, desemprego, subemprego etc.) fizeram com que governanças urbanas buscassem estratégias para a crise das cidades, expressa pelo colapso das áreas centrais em situação de empobrecimento e esvaziamento, o que levou à “recolonização” dos centros em um mercado globalizado de cidades. Logo, não podemos negligenciar a análise de Harvey (2004), quando afirma que “Globalização” representa um dos termos mais hegemônicos para compreender a economia política do capitalismo internacional e o empreendedorismo urbano que emerge na metade do século XX,

na Europa e nos Estados Unidos. Os usos e a apropriação da cidade vão para além do mundo dos negócios – sem o abandonar –, atingindo questões políticas, culturais, de identidade nacional etc. Assim, o autor questiona de onde terá vindo o conceito de globalização e nos dá a resposta:

[...] parece ter adquirido proeminência pela primeira vez quando a American Express fez propaganda do alcance global de seu cartão na metade dos anos 1970. Legitimou a desregulamentação dos mercados financeiros, ajudou a fazer parecer inevitável a redução dos poderes estatais em termos de regulamentação dos fluxos de capital e se tornou um instrumento político extremamente potente de privação de poder dos movimentos sociais. Em 1980, ajudou a criar uma pesada atmosfera de otimismo empresarial em torno do tema de libertação dos mercados de tutela estatal. Veio a ser, em resumo, um conceito central associado ao admirável mundo novo do neoliberalismo globalizante. (HARVEY, 2004, p. 27)

No espectro da globalização e da incipiente difusão do mercado global de cidades, Manuel Castells (1982) demonstra que, nos idos de 1970, o centro de Paris passou por uma massiva renovação e, em parte, requalificação urbana, dirigida por uma nova política de intervenções patrimoniais para a cidade. As áreas mais deterioradas foram tomadas pelos agentes hegemônicos do capital, para a instalação de comércio de luxo e escritórios, redundando na terceirização de especiais setores do centro. Na perspectiva dos agentes de mercado, essas ações contrapunham-se à ideologia urbanística, que era, retoricamente, de caráter totalizante para o território, pois foram negligenciadas as políticas voltadas para a população carente dos setores de intervenção. Além desse viés elitista, Castells (1982) afirma que os projetos de renovação, com demolições dos bens imóveis e construção de novos prédios e equipamentos públicos, estavam baseados na implantação de novas tecnologias e materiais do mercado da construção civil, bem como da infraestrutura de renovação do território.

Esse movimento de renovação urbana está ligado à tendência de estímulo à revalorização econômica dos lugares, e a requalificação urbana, em nosso entendimento, aproxima-se de uma política de resgate do valor simbólico de áreas urbanas, tanto para o mercado, quanto para os moradores. Em suma, renovação e

requalificação-reabilitação urbanas não são paradigmas de intervenção que se excluem, mas atendem à nova onda de terceirização e estetização de cidades, provocada pela promoção de empreendimentos público-privados genéricos ou mais específicos, como o caso de grandes eventos (olimpíadas, copa do mundo, shows consagrados etc.), que exigem um investimento vultoso e a implantação de objetos que se materializam no território e permanecem após sua realização, atendendo à dinâmica do lugar do acontecer dinâmico.

Para Jameson (1997, p. 120), o interesse pela arquitetura está direcionado para os centros das cidades. Coloca-se em questão o monumental atrativo. “O apetite pela arquitetura em nossos dias, portanto [...], na realidade, deve ser desejo de alguma outra coisa”. Jameson (1997) acredita que há um novo direcionamento, um apetite pela imagem, pela fotografia, pelo que a publicidade divulga; o que queremos consumir, hoje, não são os próprios edifícios, que mal podemos reconhecer; os centros urbanos tornam-se algo insípido, até que nos lembremos de suas imagens. As cidades estão envolvidas pela lógica dispersiva e disjuntiva do capitalismo, que tende a poucas totalidades – apesar dos discursos propalados – como a totalidade da renda, por meio da metamorfose de áreas especiais das cidades, bem como à distribuição direcionada dos impactos mais amplos da elitização de áreas urbanas centrais. O planejamento que vise à totalidade urbana pode ser visto como uma reação à dispersão e à fragmentação, uma forma reativa ao processo perverso de ordenamento territorial historicamente vigente nas cidades brasileiras, quando políticas de intervenção no território setorizam as cidades tendo como critério a maior renda e lucratividade dirigidas.

O que identificamos como prática de empreendimento em áreas eleitas de cidades existe, antes de tudo, na pretensão do capitalista, com subsídio do Estado. Segundo Harvey (2004), o incrível poder do capitalismo como sistema social está em sua capacidade de mobilizar os múltiplos imaginários dos empreendedores, financeiros, promotores do desenvolvimento, artistas, arquitetos e mesmo planejadores e burocratas governamentais, no sentido de se

envolverem em atividades materiais que mantêm o sistema em autorreprodução, ainda que em escala crescente. No planejamento urbano, vigora um movimento que passa de uma abordagem “administrativa”, da década de 1960, para formas de ação iniciadoras e empreendedoras, nas duas décadas seguintes, período este em que se buscam benefícios econômicos positivos nas cidades. É um grande problema, na concepção de Harvey (2005), a reificação das cidades em combinação com a linguagem que considera o processo urbano aspecto ativo, em vez de passivo, do desenvolvimento político-econômico. Faz parecer como se as cidades pudessem ser agentes ativos, quando são simples coisas; a cidade é, na verdade, um processo sócio e espacialmente fundado, no qual um amplo leque de atores com objetivos e compromissos diversos interage por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas e com um conteúdo de classe definido, como nos apresenta Harvey (2005). O conjunto dos processos sociais, a urbanização, produz diversos artefatos: formas construídas, territórios ordenados e sistemas de recursos atrativos de qualidades específicas, que produzem paisagens distintivas e excepcionais. A ação social consequente (que envolve a dinâmica da vida nas cidades) deve levar em consideração os variados objetos e sistemas urbanos (de circulação, de produção, de consumo etc.), pois muitos processos sociais se tornam concreta e simbolicamente canalizados por tais sistemas e objetos.

Nessa onda de transformação e ressignificação de áreas especiais de cidades, em todo o mundo, o processo de requalificação do território central de Londres – a título de exemplificação, como os outros que se seguem – retrata a chancela do urbanismo inglês embebido no neoliberalismo, modelo sob o qual a gestão de lugares e de políticas públicas urbanas foi atribuída ao capital (COMPANS, 2004; COLVERO, 2010). No mesmo sentido, Colvero (2010) cita o caso de Nova Iorque, em que a delegação pelo poder público ao capital privado para recuperar e requalificar o território de Manhattan culminou, no contexto da reestruturação econômica da cidade, com o processo de *gentrification*

(nobilitação, conforme Salgueiro [2006]) e com a expulsão dos grupos pobres, que se deslocaram para bairros segregados.

Isso nos dirige para as denominadas requalificação e renovação, como perspectivas à “recolonização” de centros ou áreas urbanas eleitas pelo Estado-mercado, quando, descompromissadas com os sentidos materiais e simbólicos mais coletivos locais, acelerando a transformação da paisagem urbana, as apropriações e os usos, podem provocar um recuo no avanço que promove o urbano e o retraimento da instituição urbana em si. Salgueiro (2006) trata dessa questão, ao enfatizar que o esvaziamento dos centros significa a saída de algumas funções da área central, o que, em variadas cidades europeias, trouxe graves problemas relacionados à redução de empregos e de residentes. Nesse processo, um elevado número de imóveis, anteriormente de uso residencial, é ocupado por estabelecimentos comerciais, acarretando o fenômeno da terceirização, responsável pela diminuição do número de residentes nos territórios de intervenção. Decorre daí também a formação de centros de negócios, empresariais, comerciais e financeiros, que alavancam o denominado turismo de negócios.

A fluidez do capital e a mobilidade de empresas de variados portes, junto ao movimento de atores socioeconômicos e à valorização da terra urbana devido a operações urbanísticas – por questões estéticas e funcionais – favorecem o crescimento do setor imobiliário ou de seus segmentos mais proeminentes. Junto a essa mobilidade, como nos lembra Salgueiro (2006), ocorre a transformação do consumo urbano, bem como a diversidade dos estilos de vida nas cidades ou nos setores de intervenção.

Outro importante caso internacional é o de Barcelona, cujo centro antigo é amplamente estudado, inclusive por pesquisadores brasileiros, pois, em 1992, as governanças da cidade fizeram da Olimpíada pretexto para uma proeminente renovação urbana. Lembremos, com Maricato (2001), que a renovação é uma ação cirúrgica destinada a substituir edificações envelhecidas e desvalorizadas, que apresentam problemas de manutenção, por edifícios novos e maiores que são

marcados, mormente, por uma estética pós-moderna, seguida de uma intensificação da ocupação da terra urbana. O evento de 1992, em Barcelona, tornou-se o mais bem-sucedido modelo adotado por uma sede olímpica. Para Claver (2006), o caso da cidade espanhola apresenta algumas características específicas que a fizeram se diferenciar da maior parte das cidades europeias. A intervenção pública foi determinante, mas não atingiu a amplitude social esperada, quando a prefeitura optou por um processo de abertura dos espaços públicos, sim, mas de uma localização seletiva dos equipamentos culturais. Para Núria Claver (2006), esse processo implantou-se com base no consenso que resultava das instâncias de consulta e de decisões que reuniam, ao menos formalmente, diferentes atores, ainda que na última etapa algumas críticas tenham sido levantadas, especialmente da parte de associações de moradores. Seguindo e respeitando as exigências de agentes privados, sempre envolvidos na requalificação do centro, “a prefeitura baseou sua estratégia na localização das atividades econômicas consideradas regeneradoras, assim como nos equipamentos culturais em pontos estratégicos” (CLAVER, 2006, p. 152).

De acordo com Maricato (2001), na renovação, há uma mudança no uso do solo devido à instalação, na área central, de novos serviços, ligados aos setores dinâmicos da economia: comunicação, gerenciamento, publicidade, informação, além de serviços especializados nas sedes de grandes corporações. Foi o que ocorreu com a intervenção em Barcelona, onde a realização dos jogos levou a uma prévia “reconstrução da cidade”. A análise de Stella Aguiar, relacionando a intervenção nessa cidade (1992) com a pretendida para o Rio de Janeiro (por ocasião da Olimpíada de 2016), aproxima-se da conceitualização de renovação urbana tratada neste ensaio.

[...] uniu-se esforço público e iniciativa privada. Pela primeira vez na história de uma Olimpíada, o parque olímpico foi dividido em quatro espaços de menor dimensão, a menos de 5 km do centro, e em 15 subsedes. Todo o conjunto foi integrado por um complexo viário. Em relação a uma das áreas, Montjuic, a Olimpíada levou equipamentos culturais, esportivos e lúdicos, que ajudaram a transformar o local e até a eliminar os focos de criminalidade. O projeto do bairro Parc de Mar foi um dos mais

complexos [...] tratava-se de uma zona de indústrias decadentes e sem a infraestrutura para o saneamento das águas residuais e pluviais. Era uma zona que inundava com a chuva, e as praias eram usadas como depósitos de escombros. O bairro tinha ainda uma linha de trem que impedia uma conexão fluida entre a cidade e a praia e criava uma zona degradada. Com a extinção das vias ferroviárias e a melhora do bairro, Barcelona se abriu ao Mediterrâneo e se criaram cerca de 5 km de praia [...] as obras não poderiam ser para 15 dias ou três semanas; elas deveriam remodelar Barcelona. Assim, surgiram os chamados ‘contendedores’. Tratava-se de velhos edifícios recuperados para alojar esportes minoritários que não exigissem alojamentos específicos. Hoje, todas as construções olímpicas são utilizadas regularmente. (AGUIAR, 2011)

Esse modelo de intervenção foi incorporado por escolas de urbanismo de todo o mundo, quando projetos de renovação e requalificação urbanas de antigas áreas degradadas foram o mote da atuação nas cidades – inspiradas no “modelo Barcelona” – com o objetivo de transformá-las em centros terciários de negócios e tecnológicos ou conferir-lhes outras modalidades de uso interligadas à economia global, normalmente com a justificativa de uma esperada investida do capital globalizado, como salienta o arquiteto Whitaker (2007).

Lembremos que o conceito de requalificação urbana (que muito se aproxima do de reabilitação) diz respeito a uma intervenção que visa a manter o ambiente construído existente, os usos e a população residente, sem expulsá-la. De acordo com Maricato (2001), na requalificação, a reforma necessária na infraestrutura existente, para adaptá-la a novas necessidades, procura não descaracterizar o ambiente construído herdado; nos edifícios, busca-se fazer “intervenções mínimas” indispensáveis para garantir o conforto ambiental, acessibilidade e segurança estrutural.

Nesse momento de análise mais ampla sobre as intervenções em áreas urbanas centrais, cabe destacar as considerações de Criekingem (2006, p. 112), que desenvolveu sua tese de doutoramento sobre o processo de revitalização residencial em Bruxelas e Montreal. Afirma o autor que, para entender as transformações contemporâneas dos centros urbanos antigos e superar, tanto o entusiasmo imediato dos discursos sobre o “renascimento” do centro, como a

desolação fatalista quanto a seus impactos sobre as populações mais pobres, é necessário, antes de tudo, quebrar o molde indiferenciado do “gentrificador”, ou mesmo do “planejador”, e da dinâmica da qual ele é o herói. Diz Criekingen (2006) que a demanda por espaços urbanos requalificados e renovados é assegurada por grupos econômicos e demográficos diversificados, com modos de inserção no mercado da habitação e itinerários residenciais variados (e, por vezes, mal conhecidos). Tais fatores, que precedem a intervenção, não devem ser negligenciados quando se pretende compreender a “concretude” do “repouso dinâmico” que paira sobre as novas possibilidades de apropriação das cidades.

Historicamente, a importância coletiva das cidades propiciou o ajuntamento de muitas funções que ficavam dispersas e desorganizadas. Diz Mumford (1991) que, postas em uma área limitada, as novas funções produzem uma tensão e uma interação muito mais dinâmica entre os membros de comunidades: surgem partes bem estabelecidas, desde a protocidade – santuário, fonte, aldeia, mercado, fortificação –, que dão forma-conteúdo ao aglomerado e promovem as fases subsequentes da cultura urbana. Híbridoizam-se o sagrado e o secular concretamente, mas não apenas isso; ampliam-se, também, todas as dimensões da vida. A cidade passa, nesse sentido, a uma representação simbólica das novas possibilidades, com suas antigas e novas formas e perspectivas da urbanização, e se transforma em objeto de desejos, ao invés de objeto de satisfação das necessidades individuais e coletivas mais básicas.

A requalificação urbana, então, representa um dos paradigmas da sociedade do consumo, atrelada à promoção de recriados desejos e à difusão generalizada de necessidades novas ante um quadro de hibridação socioespacial, que negam as cidades como totalidades urbanas, para tratá-las de forma setorializada e menos compromissada com as maiorias.

Para entendermos a lógica que promove a requalificação de áreas urbanas, precisamos interpretar o movimento das técnicas, da política, dos saberes e dos poderes, bem como das contradições – que devem ser pensadas na concepção do embate entre forças produtivas e relações de produção – corporificados nos

interstícios do território. A Geografia, com suas obsessões espaciais, favorece esse desvendamento por meio do saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de fixos e de redes (catalisadoras da renovação e da requalificação de setores das cidades).

Como salienta Foucault (1979), existem relações de poder e uma administração do saber que passam por lugares, territórios ou regiões e remetem a formas de dominação. Nas cidades, tais formas de dominação, permeadas pela cultura urbana decifrável no jogo entre hegemonia e ideologia – e das relações de classes –, podem ser interpretadas pelo papel que assume a dialética entre uso e troca, a troca e a cultura urbana recriada, os antigos símbolos resgatados e as estratégias financeiro-mercantis das intervenções. Nessa perspectiva complexa de produção das cidades, no início do século XXI, emerge o paradigma da requalificação urbana no viés de uma dialética da memória, quando é possível o esquecimento de fatos e de coisas do mundo urbano ante o esforço de sua renovação, requalificação, reconstrução ou rememoração.

Em face de tal dialética do resgate e do esquecimento no movimento de rememoração, as cidades – mega, médias ou pequenas³ – tornam-se expressões mais visíveis e mais dramáticas das mudanças socioeconômicas operacionalizadas pelo capitalismo no limiar deste novo século. Como ressalta José de Souza Martins (2008, p. 2), as cidades “são cenários de desafios e de possibilidades”. As intervenções em áreas eleitas pelo Estado-mercado expressam, em cada caso particular, mudanças adaptativas no estilo de vida⁴ das pessoas que vivem ou dependem de tais áreas, rebatendo, invariavelmente, em outras áreas da cidade.

³ Para uma classificação da dimensão das cidades, valemo-nos de Milton Santos, em *A urbanização brasileira*. Para tal geógrafo, as aglomerações de mais de 100 mil habitantes, na década de 1940, eram raras no Brasil, expandindo-se, sobremaneira, após a década de 1980. A partir de 1970, parece ser esse (100 mil) o patamar necessário para a identificação de cidades médias em boa parte do território brasileiro. Santos (2005), então, propõe sete classes de núcleos aglomerados para cidades pequenas, médias e grandes (metrópoles): 20 mil a 50 mil habitantes; 50 mil a 100 mil; 100 mil a 200 mil; 200 mil a 500 mil; 500 mil a 1 milhão; 1 milhão a 2 milhões; acima de 2 milhões de habitantes.

⁴ De acordo com Salgueiro (2006, p. 18), o conceito de estilo de vida tem forte componente cultural e adquire grande importância, quer seja na literatura acadêmica, quer seja no discurso político, pois o crescimento dos fluxos populacionais e materiais favoreceu, nas cidades, o desenvolvimento de uma maior diversidade cultural e étnica, “enquanto a ética pós-moderna é relativamente eclética e aberta à novidade e ao ‘outro’, permitindo maior expressão de estilos de vida minoritários, seja de ordem

A REQUALIFICAÇÃO URBANA SETORIZADA E A CIDADE ENQUANTO TOTALIDADE – DUAS ESCALAS E UMA SÓ MEDIDA

A midialização da cultura urbana, a ressignificação do território central, a emergência de novas centralidades nas periferias, a fragmentação articulada do espaço urbano, a individualização da estrutura social ante as relações de classe e suas contradições estampadas na produção da paisagem urbana são elementos que, entre outros, forjam novas cidades objetos de desejos particulares e centros produtores de necessidades coletivas.

Os denominados centros de cidades, centros históricos ou subcentros oriundos da expansão urbana – espaços privilegiados de consumo, lazer e turismo – sofrem o processo denominado por muitos autores de “musealização de áreas urbanas”, que acompanha o privilégio do direito de permanência nesses fragmentos ou setores de espaços centrais, de forma a se definir as chances de acesso de indivíduos e grupos sociais a ruas, praças e locais que deveriam ser públicos (PRIGGE, 2002).

Ao lado desses espaços, vigoram centros adensados, financiados pelo mercado. O setor terciário passa a dominar os espaços centrais das cidades: saguões, galerias, ateliês, centros de compras e restaurantes de luxo, ou mesmo grandes projetos monitorados pelos setores público-privados. Nesse novo arranjo, apontado também por Prigge (2002), os municípios desfazem-se de sua responsabilidade uniforme por toda a área urbana, introduzindo o gerenciamento enxuto do desenvolvimento urbano focado em fragmentos do próprio centro – lógica da competição entre cidades e dos critérios econômicos. A requalificação urbana, quando pouco compromissada com a coletividade, por vezes, operacionaliza-se sob uma forma segregada e segregacionista de intervenção territorial, favorecendo a setorização do planejamento de cidades.

Surge como desafio urbanístico, na era da patrimonialização global, da dialética da memória e da fragmentação articulada do território urbano, a forja de novos centros, mais complexos, onde possam se juntar o trabalho, a moradia, a cultural, sexual ou étnica”. A consolidação de estilos de vida e de identidades ocorre mediada especialmente pelo consumo – e não apenas no viés da produção.

cultura e o consumo, além do esporte e do lazer – um esforço de pensamento e de prática de planejamento em busca de antigas mobilidades e circulação urbanas. Essa perspectiva possibilita a tomada mais ampla da cidade por parte de seus residentes, e a requalificação urbana, nesse movimento, pode constituir um instrumento de classes e não da classe dominante. Em *Por uma economia política da cidade*, Milton Santos afirma que toda análise urbana, para ser válida, deve apoiar-se em categorias que levem em conta, ao mesmo tempo, a generalidade das situações e a especificidade do caso que se deseja abordar; tal assertiva é válida também para a análise da requalificação de áreas da cidade, ante a totalidade do território urbano e os vetores hegemônicos da globalização, os quais contribuem para a fluidez do território.

Se a requalificação urbana está vinculada a projetos que visam a devolver ou a propor qualidade ao ambiente físico e social dos espaços construídos, baseados na compreensão da relação entre processos de produção social do território e sua realidade como lugar da vida, faz-se necessário um enfoque totalizante sobre esse processo e sobre a própria cidade. Apesar de se materializar sobre partes singulares – por vezes, ditas autênticas – da cidade, o entendimento dos resultados desse tipo de operação urbana deve passar pelo desvendamento das dinâmicas urbanas para além da área escolhida para operação e, por assim dizer, consagrada socioeconomicamente. Na totalidade do território urbano e não só na área de intervenção – mas especialmente nela – devemos buscar compreender a dinâmica sintetizada no Quadro 1.

Diante da “individualização da estrutura urbana”, as chances de ascensão social vêm sendo reguladas por mecanismos de seleção elitistas, as vinculações de parentesco e de vizinhança tendem a se deteriorar e os valores modernos de igualdade e solidariedade tornam-se preciosos porque já não são autoevidentes, aponta-nos Prigge (2002). Há uma alienação dos residentes, que se sentem apenas usuários da cidade, sem se comprometerem com os problemas urbanos em geral, apesar de conhecê-los, prevalecendo uma espécie de “coerção consentida” por parte da população ante a “pseudoalienação” de agentes públicos (COSTA, 2009).

QUADRO 01: POSSIBILIDADES DA REQUALIFICAÇÃO URBANA ANTE A PERSPECTIVA DA TOTALIDADE DA CIDADE

	Residencial	Comércio	Infraestrutura e Serviços
Moradores	Novas áreas de expansão urbana; demanda por moradias populares bem como sua localização; valorização diferencial da terra urbana.	Comércio varejista e atacadista; restaurantes.	Transporte intra e interurbano; espaços de consumo; espaços de lazer; espaços de mobilização; espaços de interação.
Empresas	Alojamentos ou repúblicas de trabalhadores temporários; áreas de expansão para novos trabalhadores efetivos, nas áreas centrais ou nas periferias.	Comércio de varejo; restaurantes para diferentes níveis de empregados – caros e baratos.	Vias de transporte rápido intrarregional e intraurbano; atendimento em lazer e cultura.
Estudantes	Bairros de localização de moradias estudantis; pousadas, novas áreas de expansão urbana pela dinâmica impressa pelas universidades, sobretudo em pequenas e médias cidades.	Novos bares, botequins, livrarias, restaurantes específicos ao atendimento da demanda de menor renda, distribuidores de bebidas e alimentícios.	Transporte, moradias estudantis públicas e possibilidades nas particulares, <i>lan houses</i> , danceterias ou <i>pubs</i> .
Turistas	Pousadas e hotéis – espacialização das disponibilidades.	Patrimônio ambiental urbano; restaurantes variados; artigos de luxo e artesanatos regionais e locais.	Receptivos turísticos; informática; transporte rodoviar, ferroviário e aéreo; equipamentos culturais e de desporto.
Intervenção	Patrimônio da área central; conjuntos habitacionais; novas frentes de expansão urbana pela valorização da terra.	Setores valorizados; áreas valorizadas; galerias; <i>shoppings</i> ; restaurantes.	Áreas livres e públicas; ruas; implantação de serviços turísticos e comunitários; transporte intraurbano.

Fonte: Organizado pelo autor. Adaptado de Salgueiro (2006).

A “urbanidade” se degenera ou a instituição urbana ganha novos adeptos e se apresenta, também, como um paradigma ressignificado pela burguesia. Os estilos de vida urbana convergem para a questão de preço e de rendas auferidas por via da revalorização material e simbólica do território, fazendo emergir novos significados que acometem não apenas a área objeto de requalificação, mas sistêmica e contraditoriamente rebatem em distintas partes da cidade – ou a valorização de uma área urbana não depende da precarização de alguns setores? Como aponta Prigge (2002), a “urbanidade” torna-se estratégia estética hegemônica para a revalorização de áreas centrais. Os grupos sociais se isolam cada vez mais em bairros urbanos homogêneos – homogeneidade do padrão construtivo, homogeneidade de possibilidades para classes exclusivas, homogeneidade dos desejos, medos e dramas da vida nas cidades.

Não podemos perder de vista, também, que a segregação estimula a expulsão de indivíduos de áreas mais centrais, formando uma nova “subclasse” urbana na periferia, que promove a dita homogeneização ou mesmo uma heterogeneidade da forma-conteúdo de bairros, no percurso de sua transformação material-simbólica. A cidade – enquanto aglomerado – já não mais atua como máquina de integração social plena, e as mudanças provocadas por processos econômicos globais já não podem ser absorvidas por meio de iniciativas particulares. Por isso, as iniciativas sociais também devem adotar estratégias globais para organizar um contrapeso de um novo processo urbanizador – a análise exige uma perspectiva de totalidade no enfoque da promoção do urbano e da cidade.

Uma das principais funções da cidade é a impressão de desígnios, pessoas (classes distintas) e costumes comuns esboçados em sua materialidade. A cidade representa, pois, um suporte coletivo, um recipiente, mais uma vez capaz de fazer durar ideias, personagens, histórias e costumes para além da própria existência de seus construtores (MUMFORD, 1991). Fruto do processo histórico, a cidade reflete “estabilidade” e assimilação de constante “criatividade”, na lógica dialética de uma construção destrutiva que incorpora o paradigma das novas intervenções urbanas. Antigos prédios e velhas vias públicas guardam novos sonhos, na operacionalização

empreendedora urbana do capitalismo, de forma que antigas necessidades persistentes continuam a produzir uma velha “urbanidade”, diante de um novo mundo guiado pelo poder de nobres desejos. Os fenômenos urbanos e de produção das cidades, em todas as possíveis escalas e tipologias de análise, devem ser, portanto, interpretados sob um ponto de vista de globalidade, de totalidade e em seu movimento processual.

Whitaker (2007) afirma não haver relação entre o universo de investimentos terciários em São Paulo e a miséria que assola grande parte dessa cidade – a título de exemplificação de um caso de renovação urbana nacional de maior monta. Essa perspectiva exige uma visão mais crítica sobre as contradições da reprodução do urbano na metrópole. Preocupado em dismantelar a discussão de São Paulo como cidade-global, tratando essa premissa como “mitológica”, continua o autor dizendo que “a cidade-global [...], definitivamente, não pode ser associada [...] à cidade de São Paulo em sua totalidade”. Se por um lado, a cidade-global não deve ser pensada pela dinâmica do mercado imobiliário, pelo avanço do setor de serviços em dadas áreas – como Marginal Pinheiros, Avenida Paulista ou Berrini, como quer Whitaker (2007) –, por outro lado, a globalidade que assola essa e outras metrópoles brasileiras também é a da gritante pobreza digna dos grandes centros globalizados. No entanto, em nosso entendimento, São Paulo retrata uma cidade-global não como um mito, mas como uma realidade que deve ser pensada em sua totalidade e sob o prisma das contradições que se materializam no território, de forma que investimentos em bairros específicos ou áreas urbanas valorizadas – pelo setor terciário ou de serviços avançados, tal qual nas áreas apontadas da metrópole paulistana –, seja no movimento da renovação, da requalificação ou qualquer outro paradigma de intervenção urbana, impactam não apenas a área do investimento, mas rebatem, invariavelmente, sobre outras partes da cidade.

Milton Santos, em *A natureza do espaço*, oferece-nos uma justificativa para a necessidade de pensarmos as novas operações urbanas – como a renovação ou a requalificação – a partir de uma visão totalizante da cidade. Ao dizer que uma modificação num quarteirão afeta outros bairros e não só os vizinhos; ao afirmar

que a melhora do trânsito em uma área repercute positiva ou negativamente em outras, caso sejam alterados ou não o traçado das vias ou a estrutura do movimento; ao mencionar que a instalação de um sinal luminoso em um cruzamento vai refletir quilômetros adiante, esse geógrafo favorece o pensamento de que não basta analisar eventos isoladamente, sem desintegramos sua estrutura, isto é, seu padrão.

As re ...qualificações, ...vitalizações, ...novações, ...funcionalizações de áreas urbanas, em todas as suas escalas, forçam a polarização de atividades, usos e apropriações no próprio centro, que refletem em outras partes da cidade, instigando novas tendências – e subcentros – das áreas de comércio, serviços, moradia e lazer. Uma requalificação pode levar, então, à valorização, tanto turística central, como comercial, residencial e de serviços, em resumo, à valorização econômica e simbólica do território urbano em seu conjunto, e não apenas setorialmente, devido a forças centrípetas e centrífugas de ordenamento do território e de produção da paisagem urbana. Milton Santos, em *A urbanização brasileira*, considera que as operações de renovação empreendidas nos centros urbanos ativam tanto a especulação imobiliária como expulsam parcela da população preexistente e impõem nova lógica à cidade como um todo: promove-se, na intervenção urbana mercadológica, uma valorização-desvalorização diferencial de distintos setores urbanos.

[...] cada solução se impõe como um problema. Melhorar uma via pública significa aumentar também a possibilidade de implantação ou melhoria do transporte público e criar uma valorização que acabará por expulsar daquela vizinhança os mais pobres. Instalar um novo serviço público (água, esgotos, eletricidade) acaba por ter o mesmo resultado, pelas mesmas razões. E a necessidade (nova) de pagar por esses mesmos serviços pesa sobre orçamentos reduzidos e apressa o processo de expulsão. Todo melhoramento numa área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas. (SANTOS, 2005, p. 125)

No mesmo sentido, Saskia Sassen (1998) afirma que, no mundo em desenvolvimento, presenciamos a tendência a um contínuo crescimento das megacidades e de sua primazia, bem como a emergência de novos polos de

crescimento, resultantes da internacionalização da produção e da ampliação de novas atividades como o turismo. Entretanto, esse processo não é privilégio apenas das grandes cidades, mas também das pequenas e médias, capturadas pela mudança de direção da economia urbana – até a década de 1950, mais ligada aos setores primários e secundários – para um novo comércio, para as finanças e os ditos serviços especializados, além da internacionalização de setores de cidades. Deve ficar claro, porém: o que se valoriza e internacionaliza positivamente são pequenos fragmentos de cidades, frente ao estabelecimento de zonas precarizadas, necessárias à própria valorização da terra urbana por intermédio da intervenção.

As implicações territoriais da internacionalização de setores de cidades dizem respeito à fragmentação da cidade em sua totalidade em todas as escalas, quando áreas são eleitas para investimentos diretos, promotores de estetização e terceirização mais avançadas. Fenômenos como locação, valorização imobiliária e da terra urbana, novas áreas de expansão urbana, movimentos migratórios intra e interurbanos e ressignificação das mais variadas manifestações culturais que ocorrem nas cidades são novos modelos que acompanham as intervenções em centros urbanos no período da globalização, devido à possibilidade de recriação de um capital simbólico ligado a singularidades e excepcionalidades locais.

Em uma perspectiva dialética de análise, podemos dizer que a tecnicização e a financeirização de dados territórios – que têm como alguns de seus inúmeros produtos a requalificação e a renovação de áreas urbanas – são tributárias do que Sassen (1998) aponta como transnacionalização da atividade econômica, que elevou a intensidade e o volume das transações entre as cidades, favorecendo a criação de sistemas urbanos globais. Quando tratamos da Rede do Patrimônio Mundial (COSTA, 2011), por exemplo, vislumbramos a emergência de sistemas urbanos que promovem a integração territorial de economias regionais, nacionais e globais, os quais são capazes de interconectar cidades da África, das Américas, do Caribe, da Europa e da Ásia. As cidades-patrimônio do mundo, por exemplo, ou zonas específicas das grandes, médias e pequenas cidades-modelo, são tratadas

na perspectiva de um “culturalismo de mercado” – para adotar um termo de Arantes (2005) – que acompanha o paradigma da requalificação e da renovação urbanas como modelos de intervenção no limiar do século XXI.

Para Sassen (1998, p. 72), o crescimento dos mercados globais voltados para as finanças e os serviços especializados, a necessidade de redes transnacionais de prestação de serviços, “a ascensão de outros espaços institucionais, sobretudo os mercados globais e as sedes das corporações, tudo isso aponta para a existência de arranjos econômicos transnacionais”. Então, há a formação prematura de um sistema urbano transnacional que, cada vez mais, está em operação através de uma multiplicidade de lugares, o que gera uma ampla demanda por prestação de serviços que vão desde a circulação e a contabilidade, até a propaganda, a informação e a intervenção direta territorial, de forma a se recriar lugares singulares e universais para uma demanda planetária dirigida e particular.

Os novos sistemas urbanos ou as diferentes redes geográficas e de cidades, forjadas nesse momento do modo de produção capitalista operacionalizado pelas possibilidades e limites da globalização do mercado e das finanças – cada vez mais ligados às “culturas urbanas” e, nesse sentido, promotores da requalificação e da renovação de áreas de cidades – devem ser objetos de análise dos geógrafos devido à latência de sua “obsessão” espacial. Os territórios, na visão de Foucault (1979), esboçam relações de poder que, no fundo, remetem a novas tendências dos saberes em uma perspectiva ampla. Assim, prevalece a ressignificação de cidades com a ampliação de desejos máximos particularistas e da não satisfação das necessidades mínimas coletivas.

A requalificação ou a renovação de áreas urbanas – como paradigmas de políticas públicas para “novas” cidades – devem fazer frente a essa contradição e não endossá-la; o percurso para tal intento pode ser o do enfoque teórico e prático sobre as intervenções urbanas, a partir do entendimento da cidade como uma totalidade de sistemas contraditórios e complementares.

POR UMA SÍNTESE. ESTÉTICA URBANA - NOVAS PERSPECTIVAS MOVIDAS POR UMA ANTIGA IDEOLOGIA

Torna-se relevante interpretarmos, em cada caso particular, o modo de operação da relação valor de uso, valor de troca e valor simbólico, bem como os equilíbrios e desequilíbrios dessa tríade, para a elucidação concreta da potencialidade ou da fragilidade do modelo da requalificação urbana (ou de qualquer outro que implique intervenção em setores de cidades). Essa não é tarefa das mais simples, pois, no limite, esses elementos nos remetem a uma dialética da memória, na qual os objetos geográficos e os lugares são investidos de relações de poder que se perfazem na produção do mundo material e simbólico. Pela emergência dessa produção, José de Souza Martins (2008), em *A era das megalópoles residuais*, afirma que a cidade liberta dos estreitamentos do mundo comunitário e rural, assegura o desenvolvimento de personalidades independentes e seculariza os comportamentos.

Nesse sentido de metamorfose material e subjetiva das cidades, são produzidos símbolos das possibilidades e dos limites da expansão para novas centralidades – caso da Berrini, da Paulista e da Marginal Pinheiros, na cidade de São Paulo, ou de setores especiais de intervenção estratégica nos centros antigos de algumas cidades históricas brasileiras, como Ouro Preto e Diamantina, em Minas Gerais, e Parati, no Rio de Janeiro. As áreas eleitas para intervenção constituem setores que, contraditoriamente, entram ou bloqueiam a expansão ou difusão de melhorias urbanas para outros setores. Os três casos apontados na cidade de São Paulo emergem como “pontos luminosos” da vasta “nebulosa urbana” que representa a metrópole paulistana. Para Scarlato e Lemos (2010), o vínculo de propriedade da terra nas grandes cidades – e não apenas nessa escala do urbano – representa uma fronteira à expansão das centralidades ou à formação de subcentros, sobretudo as criadas pelo grande capital.

Como destacam Scarlato e Lemos (2010), a requalificação urbana, que desponta como nova proposta de intervenção em áreas com infraestrutura urbana, emerge com o discurso de uma atuação humanística na cidade. Porém, a lógica

evidenciada é a de que, na impossibilidade de expansão horizontal, ocorre a retomada do centro, ou de áreas privilegiadas das cidades, pelo capital financeiro. Consideramos que acompanham, globalmente, os principais processos de intervenção urbana (requalificação, revitalização, renovação, refuncionalização), na primeira década do século XXI:

- o fortalecimento das corporações imobiliárias, criando um jogo sem fim das “roletas” do capital nacional e internacional que transformam material-simbolicamente setores significativos da cidade;
- a competição acirrada por locais de valor locacional privilegiado, acompanhada pela consubstanciação da terceirização, estetização e tecnicização do território urbano;
- o estabelecimento de megaprojetos que simbolizam – no discurso – o espaço total da cidade, guardam funções específicas para sua sustentação, representando a antítese da requalificação, pois retratam uma “cidade” que se isola da reprodução dos conflitos socioespaciais;
- a produção do antiurbano, com o estabelecimento de projetos que se fecham em si mesmos;
- a criação de reservas de valor para a continuidade da expansão ou reprodução do capital, na fase mais notória do empreendedorismo urbano, calcado na mercantilização e terceirização da cultura;
- perspectivas teóricas do urbano (e de áreas patrimonializadas) que tendem a ofuscar a realidade socioterritorial da cidade total, ao tratarem os processos de intervenção urbana como produtos e produtores de um único setor nas cidades. A teoria geográfica crítica, ao buscar as contradições socioespaciais, pode indicar a realidade latente e compreensível nos interstícios do território total ou da paisagem urbana produzida historicamente. Podemos considerar que as contradições socioespaciais decorrem da prevalência de uma classe em relação a outras no ordenamento do território ou na luta por localizações nas cidades, ou seja, as contradições socioespaciais decorrem da ideologia e

da hegemonia que regem as cidades e, por consequência, do subjugo de uma classe a outra.

Chauí (1987) afirma que o conceito gramsciano de hegemonia inclui o de cultura como processo social global que constitui a ‘visão de mundo’ de uma sociedade e de uma época. Assim, a hegemonia dos agentes capitalistas representa uma cultura que se quer e necessita ser universal para se impor perante as classes, nas cidades. Nessa perspectiva, o conceito de ideologia, “como sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata”, está na base de tal dominação e, por assim dizer, embutido no planejamento das cidades. Logo, a requalificação – ou qualquer outro tipo de intervenção em áreas urbanas – vem carregada de um componente ideológico tributário do estabelecimento de novos usos, da criação de mercadorias, da produção de símbolos e da forja de capital simbólico nas grandes, nas médias e nas pequenas cidades tidas por singulares e excepcionais.

Como frisa Simões (1994), o mercado imobiliário atua em áreas centrais de cidades sob influência de tendências centrífugas e centrípetas inerentes ao processo de crescimento urbano. O primeiro vetor é aquele que segue o movimento de crescimento da cidade em direção às periferias, na incorporação de novos loteamentos à estrutura urbana e na ampliação da ação especulativa do capital imobiliário, expansão que promove a alteração dos padrões de uso e ocupação da terra urbana de áreas já consolidadas. Essa perspectiva remete-nos à necessária análise da requalificação ou renovação urbanas ante uma visão totalizante da cidade, como já nos posicionamos e indicamos no Quadro 01. Em um movimento contrário a essa expansão, a transformação se processa com maior intensidade no sentido inverso, ou seja, aumenta à medida que se aproxima das áreas mais centrais da cidade. É o que Simões (1994) taxa como vetor de tendência centrípeta.

Assim, temos um fenômeno de urbanização extensiva (centrífuga), com a incorporação de novas áreas à estrutura existente, em face de um processo renovador (centrípeto), pelo qual velhas estruturas são adequadas a novos

condicionantes, decorrentes do crescimento da cidade e da atuação do capital hegemônico sobre áreas pretensamente especiais. Esse enfoque desenvolvido por Simões (1994) indica a necessidade de entendimento do movimento do capital no território urbano em distintos sentidos e por diferentes vetores de transformação, apontando os setores de intervenção, valorização e distinção nas cidades. A teoria das cidades – ou especificamente sobre as intervenções em áreas especiais de cidades – deve se consolidar em uma perspectiva crítica e propositiva, cujo enfoque remeta-nos às cidades vistas como totalidade urbana, e que extrapole os limites dados pela intervenção ou atuação do capital financeiro, monopolista ou industrial, a perfazer as cidades em sua globalidade.

Por fim, ao pensarmos sobre as mudanças contemporâneas por que passam as cidades, devemos priorizar o entendimento da dinâmica da globalização que, como aponta Hall (2006), propicia uma descontinuidade, uma fragmentação e uma ruptura, dentro dos “deslocamentos” impulsionados pelas novas intervenções (ou mesmo pela patrimonialização) urbanas. Nesse processo, as paisagens são profundamente reconfiguradas para se tornarem imediatamente aparentes aos olhos, tornando-se referências perpassadas pelo estético e pelo político. São síntese da manipulação de conteúdos sobre o longo tempo histórico, a qual cria um jogo complexo de ilusão de realidade de vida nos lugares do acontecer (COSGROVE, 1999).

As cidades-globais, as cidades-patrimônio, o Patrimônio Mundial consagrado pela UNESCO, os centros industriais, os centros de serviços, os centros políticos administrativos ou qualquer cidade capturada pelos agentes hegemônicos do capital não podem, portanto, ser pensados apenas pelas áreas de intervenção ou de atuação do capital – seja pelo paradigma da requalificação, da renovação ou da revitalização – que, convergentemente, redundam, aos poucos, na terceirização, na tecnicização e na mercantilização do território e da arquitetura (e assim, da paisagem), que sintetizam o desígnio da geografia histórica das cidades.

Na busca de uma concepção histórico-filosófica da conformação arquitetônica do espaço, Lukács (1967) afirma que é imprescindível desenvolver

uma compreensão, por mais geral que seja, de sua gênese (o autor trata do espaço geométrico): entender que a realidade e a vivência de um espaço arquitetônico (estético) não se faz de uma hora para outra, que sua existência, sua eficácia e até sua necessidade não estão dadas de nenhuma forma com a natureza fisiológica e antropológica do homem. Isso quer dizer que o estético, a materialidade objetivada do mundo, nasce no próprio curso da evolução da humanidade, não é uma relação com o mundo nascida simultaneamente com o ser-homem. Só dentro do processo histórico, no movimento ininterrupto da humanidade sobre a Terra, podemos entender a economia, a constituição física, relacional e político-ideológica que se corporifica nos lugares e em suas mais variadas construções.

Es obvio que todos los momentos extra-estéticos de la arquitectura – tanto la necesidad de un espacio que ofrezca protección contra las fuerzas de la naturaleza y contra todo enemigo en general, cuanto el conocimiento acerca de la estructura adecuada de un espacio encontrado o construido para esos fines, así como sobre los medios de su elección o producción – han tenido que existir y obrar durante muchísimo tiempo antes de que pudiera aparecer la premonición siquiera de un espacio arquitectónico, estético. (LUKÁCS, 1967, p. 89)

A estética arquitetural, a conformação patrimonial das cidades, a própria terceirização ou financeirização do território – potência de estetização das cidades do início do século XXI – devem ser entendidas dentro do modo como se produz ou nasce a conformação de um tal espaço referido ao homem, antropomorfizado, portanto; objetivamente percebido e concebido, configurado menos por necessidades sociais e mais por satisfação de desejos (mercantis) particulares. Deve-se entender a estética urbano-arquitetônica, conforme referencia Lukács (1967), como nascente de uma missão humana global e dentro de uma realização formal objetiva de conteúdo social. Os sistemas da dinâmica urbana, postos em redes que alavancam globalmente as finanças e os serviços especializados, acompanham essa tendência de objetivação de áreas singulares de cidades projetadas como novos símbolos do capitalismo avançado, de forma a ganhar relevo a relação entre a estética e a política para a forja ininterrupta de novos paradigmas de intervenção nas cidades, em suas diversas escalas e tipologias.

O maior desafio para a atual geração de pensadores e gestores voltados para as cidades é o de desvendar o caminho para a intervenção urbana que melhor extrapole o enfoque individualizado e particular de setores o qual, no limite, promove a cidade como concreto cenário de corrosão das relações sociais tradicionais; é no plano da minimização e da correção da desagregação do mundo e da ordem urbana, de seus produtos fragmentários, que a intervenção transformadora deve ser feita. Conforme aponta José de Souza Martins (2008, p. 2), “se a cidade libertou o indivíduo do cativo da tradição, a pessoa pode libertar a megacidade do cativo de sua alienação urbana”. No mesmo sentido da análise de Martins (2008), David Harvey, em *Espaços de esperança*, salienta o que trata de dialética entre o corpo e a globalização. O geógrafo tem na dialética do macro e do micro, da globalização e do corpo, do universal e do particular, os marcos de sua análise. “Esses dois regimes discursivos – a globalização e o corpo – operam em extremidades opostas do espectro da escala que podemos usar para compreender a vida política e social [...] É importante aceitar, por exemplo, que o ponto de partida da luta de classes está na particularidade do corpo laborante [...] É preciso encontrar formas de ligar o microespaço do corpo ao macro espaço daquilo que hoje recebe o nome de ‘globalização’” (HARVEY, 2004, p. 30, 74).

A promoção da estetização urbana – acompanhada da financeirização, tecnificação e terceirização do território – é um novo paradigma de intervenção, movido por uma antiga ideologia: a do planejamento (e da gestão) a serviço do capital, sustentada pelo discurso da requalificação, da renovação, da revitalização e da refuncionalização urbanas. A teoria do planejamento – e por assim dizer, da intervenção em áreas de cidades – torna-se uma perigosa ideologia ao desconhecer (realmente desconhece?) a realidade e as necessidades do quadro de vida em cada lugar, pois o resultado de sua aplicação pode não condizer com os resultados esperados da intervenção. Ao se constituir como ideologia, a teoria do planejamento faz-se responsável pela construção de novos lugares e pela reformulação do espaço urbano atual, sustentado por antigas bases (SANTOS, 2009).

Urge efetivar o enfoque teórico e prático totalizante sobre a cidade e sobre as intervenções em centros urbanos no período da globalização, pois a Geografia Urbana, para cumprir seu papel, não deve analisar o espaço como algo estático, geométrico, pois “o mundo não pode ser cindido a partir de enfoques inquestionáveis, como os setores da economia, as redes, as regiões pétreas, (os bairros de uma cidade), mas a partir do nosso concreto pensado: a existência em situação no seu respectivo período histórico” (SILVEIRA, 2006, p. 90). Em suma, as intervenções em áreas especiais de cidades devem ser analisadas na perspectiva de um espaço existencial não material. Nessa proposição podemos capturar tanto os momentos particulares da totalidade fugidia das cidades quanto as possibilidades de acesso aos bens e serviços urbanos – além da formação de subcentros no movimento da urbanização. Se gastos públicos são orientados à renovação urbana setorizada, é para além dos setores contemplados que podemos capturar a “concretude” do movimento histórico das cidades, inclusive a “concretude” da própria intervenção e do setor contemplado, dentro de uma perspectiva de análise em espiral.

Como nos lembra Milton Santos, em *A urbanização brasileira*, a cidade, onde tantas necessidades emergentes não têm resposta, está fadada a ser, ao mesmo tempo, o teatro de conflitos crescentes e o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Essa dubiedade é evidente no quadro dos programas de requalificação e renovação urbanas, implantados em variadas cidades brasileiras e promotores de novas centralidades que incorporam signos, usos e serviços, marcando a razão de ser dos novos investimentos público-privados, a saber: a difusão da valorização imobiliária e o auferimento da renda de monopólio atrelada à forja de capital simbólico. Por vezes, o atual *frénésie* por novos símbolos urbanos – ligado ao resgate do passado por meio dos objetos histórico-geográficos acoplados a interstícios emergentes do território – remete a uma dialética da memória, quando o esquecimento e a negligência passam a integrar a própria perspectiva da rememoração, da revalorização, da renovação, da requalificação, da re..., diante da

relação entre divisão social e territorial do trabalho nas cidades, o corpo laborante urbano e a globalização.

A decisão sobre o tipo de intervenção (renovação ou requalificação-revitalização) é eminentemente político-ideológica. Lembra-nos Maricato (2001) de que é impossível executar um plano de requalificação-reabilitação sem novas construções, pois nem todos os edifícios são recuperáveis para reformas, da mesma maneira que nem tudo é destruído nas renovações. Logo, o que deve ser considerado, em qualquer intervenção urbana estratégica, é que reforçar uma zona residencial ou comercial de classe alta ou de convergência do capital hegemônico pode não nos conduzir ao direito pleno à vida digna nas cidades, pois o enfoque territorial faz-se, na maior parte dessas operações, reduzido e particularista. Qualquer que seja a intervenção urbana nas áreas eleitas das cidades deve-se primar pelo bem-estar de sua população global. Por mais que a intervenção seja setORIZADA, os resultados das estratégias – positivos ou negativos – serão observados além das áreas dos projetos, dependendo do grau de fluidez territorial e da possibilidade de informação, circulação, acessos e mobilidade social.

Nas intervenções em centros urbanos, a prevalência não pode ser a da estética em detrimento da ética, que açambarca a vida digna nas cidades. Os limites socioterritoriais de projetos setORIZADOS devem ser extrapolados para que alcancemos a escala universal urbana que leva à intervenção em cadeia, na cidade, favorecendo um “mix de classes sociais”, tanto na operação quanto na apropriação e nos usos das áreas renovadas ou requalificadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Stella. Desafio do Rio é usar jogos como Barcelona. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 de jan. 2011, Caderno Cotidiano, p. C2-C3.

ARANTES, Otilia B. A virada cultural do sistema das artes. *Margem esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Editora Boitempo, p. 62-75, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BENJAMIN, Walter. Destruction et memória. In: _____. *OEuvres Tome I*. Traduit de l'allemand par Maurice de Candillac. Frankfurt, Éditions Gallimard, 2000. p. 42-50.

CASTELLS, Manuel. *A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos*. Revista Espaço e Debates, NERU, São Paulo, n. 6, p. 64-75, 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

CLAVER, Núria. *A Ciutat Vella de Barcelona: renovação ou gentrificação?* In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 145-166

COLVERO, Adriana A. *A requalificação do centro antigo da cidade de São Paulo: Políticas urbanas, planejamento participativo e gestão, no período de 2001-2004*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Edunesp, 2005.

COSGROVE, Denis. Geografia Cultural do Milênio. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 17-48.

COSTA, Everaldo. B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina*. 2009. 283f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Totalidade Urbana e Totalidade Mundo – As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global*. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Programa de pós-graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CRIEKINGEN, Mathieu. *A cidade renasce! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta*

à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 89-120

FOUCAULT, Michel. *Sobre a Geografia*. In: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.

LUKÁCS, Georg. *Estética: La peculiaridad de lo estetico*. Barcelona, México, D.F.: Ediciones Grijalbo, 1967.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana*. São Paulo: Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. *A era das megalópoles residuais. O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 de dez. 2008, Caderno *Aliás*, p. J4-J5.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

PRIGGE, Walter. *Metropolização*. In: PALLAMIN, Vera. *Cidade e Cultura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. P. 51-58.

SALGUEIRO, Tereza Barata. *Oportunidades e transformação na cidade centro*. *Revista Finisterra*, Universidade de Lisboa, Portugal, XLI, 81, p. 9-32, 2006.

SANTOS, Milton. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. Rio de Janeiro: *Revista Território*, v. 4, n. 6, UFRJ, p. 05-20, 1999.

_____. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: EDUSP, 2009.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Editora Nobel, 1998.

SCARLATO, Francisco C; LEMOS, Amália Inés G. *Renovação de centros urbanos no período da globalização*. In: Notas do Curso de pós-graduação ministrado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVEIRA, Maria Laura. *O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial*. *Revista Geosp, Espaço-Tempo*, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.

SIMÕES, José Geraldo. *Revitalização de centros urbanos*. *Revista Polis*, São Paulo, n. 19, p. 09-19, 1994.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à regeneração urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-88.

WHITAKER, João Sette. *O mito da cidade-global – o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora Vozes, 2007.

Enviado em: 27/02/2011

Aceito em: 18/05/2011